

PLANO NACIONAL PARA A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES

BRASIL

18.03.2009

1. A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – ORIGEM E FUNCIONAMENTO

A iniciativa denominada “Aliança de Civilizações” foi proposta na Assembléia Geral das Nações Unidas em 2004 pelo Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, com co-patrocínio do Primeiro Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan. A proposta de tal aliança tinha como objetivo mobilizar a opinião pública mundial com vistas a superar preconceitos, percepções equivocadas e “polarizações entre o mundo islâmico e o Ocidente”, como forma de prevenir conflitos entre Estados e entre as diferentes comunidades de sociedades heterogêneas. A idéia foi logo bem recebida.

Em 14 de julho de 2005, o então Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, formalizou o lançamento da Aliança de Civilizações como iniciativa da ONU, por meio da criação de Grupo de Alto Nível, composto de 20 peritos de diversas regiões, com o objetivo de preparar estudo/relatório sobre o conteúdo concreto a ser atribuído à Aliança. Integrado por personalidades amplamente respeitadas em função de seu saber e atuação, entre as quais o brasileiro Cândido Mendes, o Grupo reuniu-se de novembro de 2005 a novembro de 2006, quando apresentou seu relatório. As conclusões apontavam como focos prioritários para as ações, a serem desenvolvidas pelos Estados, organizações internacionais e sociedades civis, em níveis nacional, regional e internacional, quatro áreas específicas: Educação, Juventude, Migração e Meios de Comunicação.

Em abril de 2007, em seguimento, também, à recomendação do Grupo de Alto Nível, o novo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, designou o ex-Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, seu Alto Representante para a Aliança de Civilizações. Desde então, o Alto Representante tem coordenado a iniciativa e realizado ações diversas para a diminuição de tensões e promoção da tolerância e do diálogo intercultural em sentido abrangente, não mais limitado ao Ocidente e ao Islã. As ações realizadas pelo Alto Representante do Secretário Geral e aquelas que devem ser implementadas pelos Estados e organizações internacionais integrantes da Aliança, denominados em seu conjunto “Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações”, são submetidas previamente ou relatadas “a posteriori”, em reuniões periódicas. Destas, as mais importantes ocorrem anualmente em Fóruns Mundiais.

O primeiro Fórum Mundial da Aliança de Civilizações ocorreu em Madri, em janeiro de 2008. Nele se aprovou formalmente o relatório do Grupo de Alto Nível, assim como a recomendação de que as atividades dos Estados fossem planejadas e consolidadas em Estratégias ou Planos de Ação nacionais.

O Segundo Fórum Mundial da Aliança de Civilizações está marcado para ocorrer em Istambul, em 6 e 7 de abril de 2009. O Terceiro deverá ocorrer no Brasil, em 2010.

1.1 O BRASIL E A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES (ALC)

A idéia de uma “Aliança de Civilizações” é assunto de interesse natural para o Brasil. Nação pluricultural e multirracial, que assume a diversidade como fator marcante de sua identidade, o Brasil, em novembro de 2006, atendeu a convite da Espanha e passou a integrar formalmente o Grupo de Amigos da Aliança de Civilizações¹.

Em dezembro de 2007, o Brasil realizou, no Rio de Janeiro, com o apoio da Universidade Cândido Mendes, da Fundação Cultura e Paz, da Secretaria Geral Ibero-Americana, da Academia da Latinidade e do Ministério de Relações Exteriores o Seminário Internacional “Aliança de Civilizações, Interculturalismo e Direitos Humanos”, que contou com a presença do Alto Representante para a Aliança de Civilizações, Jorge Sampaio, entre outras expressivas personalidades internacionais.

Em janeiro de 2008, o Brasil participou, em Madri, do I Fórum Anual da Aliança de Civilizações, com delegação oficial chefiada pelo Senhor Ministro da Justiça, Tarso Genro. Nessa ocasião, o Ministro reiterou apoio às principais conclusões do Relatório do Grupo de Alto Nível e formalizou a disposição do Governo brasileiro de acolher o III Fórum Anual, em 2010.

Por decreto de 28 de julho de 2008, em resposta à solicitação do Alto Representante do Secretário Geral de que todos os países participantes indicassem alto funcionário para atuar como coordenador e ponto focal das ações nacionais, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva designou o Embaixador José Augusto Lindgren Alves para a função de Coordenador Nacional para a Aliança das Civilizações. O Coordenador Nacional tem acompanhado, desde então, os encontros oficiais do Grupo de Amigos e tem se articulado com o Secretariado da ONU e com coordenadores nacionais dos demais países a respeito das ações de governo. De outro lado, o Professor Cândido Mendes, uma vez completado o mandato do Grupo de Alto Nível com a apresentação do relatório, foi designado Embaixador da Aliança de Civilizações pelo Secretário Geral das Nações Unidas, com a função de promover, juntamente com seus pares, a iniciativa e seus objetivos em todo o mundo. Vem ele, assim, realizando inúmeras atividades no Brasil e no exterior, a mais recente das quais foi a organização em Oslo, de 16 a 18 de fevereiro de 2009, na qualidade de presidente da Academia da Latinidade, juntamente com o Instituto Nobel e da Academia de Ciências da Noruega, da Conferência Internacional sobre “Os Direitos Humanos e sua universalidade possível”, congregando expoentes acadêmicos de diversas origens. O evento contou com a participação, *inter alia*, do Ministro Tarso Genro e do Senador Cristovam Buarque.

Com a recente confirmação de que o Terceiro Fórum Anual será realizado no Brasil, no primeiro semestre de 2010, e com a apresentação do presente Plano Nacional para a

¹ O Grupo é integrado atualmente por outros 92 países e organismos internacionais, entre os quais a Comissão Européia, a Liga Árabe, a Organização da Conferência Islâmica, a Secretaria-Geral Iberoamericana, a UNESCO e, espera-se, em breve, a CPLP.

Aliança de Civilizações, firma-se concretamente o compromisso oficial brasileiro com os objetivos e o funcionamento da iniciativa.

2. PLANO DE AÇÃO NACIONAL PARA A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES

O Brasil pode orgulhar-se de ter forjado aos poucos em seu território uma “aliança de civilizações” duradoura e em funcionamento, decorrente da contribuição dos diversos aportes étnicos historicamente presentes e da integração de imigrantes provenientes de muitas culturas e regiões do mundo. Permanece, no entanto, como em qualquer outro país, a necessidade de se adotarem medidas para a erradicação de preconceitos e dificuldades estruturais internas para se atingir a plena igualdade entre todos os segmentos populacionais, prevista na Constituição e em leis infraconstitucionais, estimulada por formas variadas de “ação afirmativa”. Ao mesmo tempo, na área externa, o Governo vem impulsionando, de maneira agora sistematizada, diversas iniciativas nacionais e regionais destinadas a aproximar, cada vez mais, o Brasil e a América do Sul de outros países e continentes de culturas distintas. Entre elas se incluem mecanismos como os da IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), da ASPA (América do Sul – Países Árabes), da ASA (América do Sul-África), além, evidentemente, da prioridade natural voltada para os países da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa).

Elaborado com base nas recomendações do Relatório do Grupo de Alto Nível, grande parte das quais já vêm sendo implementadas, o Plano Nacional brasileiro relaciona as principais ações oficiais, na alçada federal, em andamento ou programadas dentro do espírito da Aliança de Civilizações, ações estas adaptadas às particularidades da sociedade brasileira. Elas se complementam com a infinidade de outras atividades desenvolvidas pela sociedade civil, envolvendo instituições de ensino e pesquisa, a Academia em geral, órgãos de comunicação e agências públicas e privadas de escopo variado.

Tendo em conta que problemas de convivência interreligiosa praticamente inexistem na sociedade brasileira contemporânea, as ações internas, voltadas para a situação nacional, destinam-se sobretudo a assegurar condições de igualdade efetiva entre todas as pessoas e grupos etno-raciais, sem prejuízo da diversidade existente. A maioria dessas ações visa a promover a ascensão social dos brasileiros afrodescendentes e indígenas, proteger direitos especiais de comunidades específicas, como as dos indígenas e quilombolas (descendentes de escravos foragidos e estabelecidos no campo na época da escravatura) e facilitar a integração dos imigrantes – sem que para isso eles necessitem abandonar o cerne de suas culturas de origem. A elas se somam ações destinadas a divulgar e promover dentro do Brasil a própria Aliança de Civilizações das Nações Unidas, assim como muitas outras adotadas no âmbito externo com o mesmo objetivo – a par das medidas regularmente tomadas em apoio às comunidades brasileiras no exterior.

O Plano Nacional inclui ações de médio e longo prazo com os seguintes propósitos: i) favorecer o conhecimento mútuo e o apreço à diversidade; ii) promover valores cívicos e a cultura da paz; iii) melhorar a integração e a capacitação de migrantes, com especial atenção à juventude; iv) disseminar os objetivos da Aliança de Civilizações; v) promover a inclusão social de grupos populacionais marginalizados no Brasil.

As ações listadas foram elaboradas e estão sendo implementadas, em coordenação, pelos Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações e pela Secretarias Especiais vinculadas à Presidência da República - a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), (iii) a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) - e a Secretaria Nacional da Juventude.

2.1. DIRETRIZES GERAIS DO PLANO NACIONAL

Para a elaboração do Plano Nacional para a Aliança de Civilizações, o Governo levou em consideração as seguintes diretrizes básicas:

- Respeito, tolerância e igualdade de oportunidades são fundamentais para um mundo seguro e pacífico.
- A desigualdade, a pobreza absoluta, a persistência de situações de dominação e de injustiça impedem os povos e nações de usufruírem de condições essenciais para a construção de um futuro digno e pacífico.
- A exclusão e a pobreza estão entre as maiores ameaças à civilização. O combate à fome e a redução da desigualdade socio-econômica são fatores indispensáveis para a diminuição de tensões e conflitos.
- As causas e fontes de promoção da intolerância devem ser combatidas com medidas elaboradas em plena consonância com compromissos internacionais e em estrita observância dos Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos - universais, inter-relacionados, interdependentes e essenciais à plena vigência da democracia.
- Estado constitucionalmente secular, o Brasil tem a obrigação de tratar com igualdade os seguidores de diferentes religiões e crenças, não podendo interferir na formação espiritual e convicções de cada um.
- Todas as formas de cooperação internacional pacífica são de grande importância para o êxito da Aliança de Civilizações. Estratégias de cooperação com agências da ONU, tais como a UNESCO, o UNICEF ou a OMS, e com outras organizações internacionais e regionais, são indispensáveis para a implementação das ações elaboradas.
- Os meios disponibilizados pela Aliança de Civilizações para a troca de informações sobre experiências exitosas são importantes para se dar seguimento às iniciativas elaboradas e para o seu aprimoramento. A cooperação com o Secretariado da Aliança de Civilizações é de grande importância para o êxito e a sustentabilidade da iniciativa.
- Diálogo e interação com a sociedade civil são fatores indispensáveis para a implementação das ações formuladas no Plano.

2.2 DIRETRIZES PARA AS QUATRO ÁREAS PRIORITÁRIAS DE AÇÃO: JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO E MIGRAÇÕES.

2.2.1 JUVENTUDE

- Os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis às influências do fanatismo e da intolerância, além de serem as principais vítimas da violência. São, por outro lado, a

melhor promessa para o futuro, desde que adequadamente orientados para o conhecimento do outro e para a tolerância e o respeito pelas diferenças.

- A integração do jovem em programas de promoção do diálogo e da cooperação intercultural é crucial para os objetivos da Aliança de Civilizações.
- Faz-se imprescindível a realização de investimentos substantivos na área de educação e incentivo à participação juvenil em todas as esferas da sociedade, para a promoção da Aliança de Civilizações.

2.2.2 EDUCAÇÃO

- O conhecimento e a informação histórica e antropológica, logo o estudo, o ensino e o estímulo à pesquisa sobre as diferentes culturas e religiões, são essenciais para a gestão de idéias construtivas para futuras ações internas e externas da Aliança de Civilizações.
- Intercâmbios culturais são muito importantes para a promoção de um ambiente naturalmente tolerante em escolas secundárias e em universidades.
- Universidades e Instituições de Ensino Superior devem adotar programas que estimulem o debate e o conhecimento das diferenças de ponto de vista e de opinião.

2.2.3 MIGRAÇÃO

- As migrações são fenômeno historicamente inexorável, a ser analisado sempre sob o marco do respeito à soberania nacional, do respeito aos direitos humanos universais e do princípio da não-criminalização dos “ilegais”. Qualquer vinculação da questão migratória à agenda de segurança internacional e de combate ao terrorismo tende a gerar mais intolerância intercomunitária e entre Estados.
- As migrações têm impacto positivo nas economias e na cultura nacional dos países de origem e de destino.
- Para a promoção da tolerância e da integração cultural dos migrantes cumpre, em primeiro lugar, adotar medidas de combate a eventuais manifestações de xenofobia, racismo e intolerância sob todas as suas formas.
- Integração na sociedade não significa uma assimilação cultural forçada, que leve o imigrante a perder suas raízes referenciais.

2.2.4 MEIOS DE COMUNICAÇÃO

- Os meios de comunicação têm papel decisivo na formação de valores e disseminação da tolerância ou intolerância em qualquer sociedade. Sua atuação construtiva é, portanto, indispensável para a promoção dos princípios da Aliança de Civilizações. Para isso é necessário que ajam de forma responsável na divulgação da diversidade cultural e no estímulo ao diálogo interreligioso e intercultural. Sua influência não ocorre somente por via de artigos de fundo e análises, mas também na forma em que são dadas as notícias.
- A liberdade de expressão é direito fundamental, que não pode ser cerceado, a não ser nas circunstâncias contempladas pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, em particular o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Sua contrapartida é a responsabilidade de cada um no exercício desse direito. Contra eventuais excessos e

provocações, o Estado democrático de Direito possui remédios legais adequados que podem ser e são regularmente acionados.

2.3 AÇÕES PROPOSTAS:

Com base nas diretrizes gerais e específicas expostas, o Brasil compromete-se a implementar e dar seguimento às ações listadas abaixo e reunidas em subtítulos, tendo em conta os propósitos da Aliança de Civilizações:

DIREITOS HUMANOS E A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES:

- *Apoio integral a todos os programas e atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em particular, para a Aliança de Civilizações, no combate a preconceitos e atos discriminatórios decorrentes de tradições culturais daninhas.* O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em curso, desenvolve-se por meio de ações prioritárias nas áreas da Educação, Juventude e Relações Etno-Raciais. Destaca-se, nesse contexto, o Programa Gênero e Diversidade na Escola, que visa a preparar professores e outros profissionais da Educação sobre os temas das relações de gênero, igualdade etno-racial e orientação sexual, para a erradicação de preconceitos e discriminações que historicamente permeavam, no Brasil como em todo o mundo, as relações internas à escola e aos sistemas de ensino. Todos os eixos estratégicos contemplam o segmento das mulheres na sua diversidade interna, seja ela geracional, racial ou de orientação sexual, entre outras dimensões. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres também desenvolve atividades de cooperação na área externa, todas as quais visam a valorizar a diversidade em geral, com reafirmação do direito à igualdade de gêneros.
- *Sugestão para que o mandato do Comitê de Direitos Humanos do Ministério da Educação incorpore os propósitos e princípios da Aliança de Civilizações.* Esse Comitê foi instituído em 2004, para coordenar a formulação de políticas de educação em direitos humanos e incentivar a transversalidade de políticas governamentais referentes a direitos humanos. Já vem, nesse sentido, observando as noções essenciais de respeito à diversidade, que inspiram o sistema educacional brasileiro. Bastará, nesse caso, que o Comitê conheça e assimile como seus os elementos principais da iniciativa da Aliança de Civilizações das Nações Unidas.
- *Incorporação de ênfase à cultura da paz, da tolerância e do respeito mútuo no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.* Na medida em que o Plano já se orienta naturalmente no sentido do respeito à diversidade como elemento de nossa riqueza cultural, essa incorporação valorizaria ainda mais a harmonia desejada como meio essencial para a construção de uma cultura de paz, democracia, desenvolvimento e justiça social no Brasil e em suas projeções externas.
- *Orientação da implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) para que reflita, também, os princípios e propósitos da Aliança de Civilizações.* Basta, para isso, que os órgãos competentes sejam devidamente informados e assimilem tais elementos diretivos.
- *Inclusão na agenda da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, em dezembro de 2009, do tema do diálogo intercultural e inter-religioso entre seus eixos orientadores.*

- *Participação ativa na Conferência de Revisão de Durban (abril de 2009, Genebra).* Foi realizada em Brasília, em junho de 2008, a Conferência Regional Preparatória para a Conferência de Revisão de Durban. No Preâmbulo de sua Declaração Final, os países da região assinalaram a íntima correlação existente entre o espírito da Declaração e Programa de Ação da Conferência de Durban sobre o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata com a tolerância e o respeito intercultural almejados pela Aliança de Civilizações. A participação ativa do Brasil na conferência de seguimento à de Durban será um esforço de contribuição a mais para os ideais da Aliança de Civilizações.

RESPEITO À DIVERSIDADE:

- *Aprofundamento das ações do Programa Educação para a Diversidade e Cidadania,* que tem como objetivo mais amplo combater as desigualdades etnoraciais, de gênero, orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.
- *Aprofundamento das ações do Programa Cultura Afro-Brasileira,* que visa a implementar medidas voltadas para o desenvolvimento das comunidades de tradição afro-brasileira, inclusive aquelas remanescentes de quilombos, assegurando meios para seu desenvolvimento de forma coerente com as necessidades históricas, religiosas e culturais.
- *Continuação da Campanha de Valorização das Culturas dos Povos Indígenas e Prêmio Culturas Indígenas,* para reforçar o disposto no artigo 231 da Constituição Federal brasileira, que reconhece o direito originário dos índios ao usufruto dos recursos naturais dos territórios tradicionalmente ocupados por eles.
- *Incentivo a outras iniciativas assemelhadas à da criação do Parque Memorial Quilombo dos Palmares.* Local onde se localizou o centro da célebre “República de Palmares” e onde se afirmou historicamente, entre outros vultos expressivos, seu líder e principal herói Zumbi, o tombamento do parque na Serra da Barriga, no Estado de Alagoas, hoje constitui importante centro de turismo étnico e referencial relevante para a valorização e o conhecimento da história dos negros na formação brasileira.
- *Reconhecimento das Comunidades Quilombolas.* Parte integrante do Programa Brasil Quilombola, a Agenda Social Quilombola, com recursos previstos para as comunidades descendentes de escravos foragidos, tem como um dos seus eixos de atuação a Regularização Fundiária das Áreas Remanescentes de Quilombos. Por iniciativa da Fundação Cultural Palmares, o governo brasileiro vem, há mais de dez anos, reconhecendo as reservas correspondentes às comunidades remanescentes de quilombos em vários Estados da Federação (Maranhão, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul entre outros). Essa prática terá prosseguimento com recursos já previstos para o período de 2008 a 2009. A certificação (legalização da posse) ocorre com base nas declarações de auto-reconhecimento de cada comunidade como quilombola, respeitando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais e a legislação brasileira.

EDUCAÇÃO

- *Prosseguir e ampliar o ensino da História e a divulgação da Cultura Afro-Brasileira nas escolas*, tornados obrigatórios, em 2003, pela lei 10.639, que altera a Lei no 9.394 de 1996 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino - ensinos fundamental e médio - a temática "História e Cultura Afro-Brasileira". A lei 10.639 estabelece ainda que o calendário escolar inclua o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".
- *Prosseguimento da Implementação do Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a respeito do ensino religioso nas escolas públicas primárias*, o qual determina: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo".

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL:

- *Ampliação das medidas de proteção de lugares sagrados*. A proteção dos principais templos religiosos iniciou-se por nossa herança luso-brasileira, abarcando o tombamento de preciosas igrejas urbanas e capelas rurais. A partir dos anos setenta, com o Terreiro da Casa Branca, inicia-se o tombamento de terreiros de Candomblé na Bahia. Hoje, incluem-se entre os bens tombados Igrejas, Sinagogas e Terreiros.

JUVENTUDE:

- *Apresentação dos propósitos da Aliança de Civilizações e divulgação de suas atividades durante a II Conferência Nacional da Juventude*. Em 2008, realizou-se em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude. Os jovens brasileiros presentes na Conferência tiveram a oportunidade de discutir temas como liberdades democráticas, participação, diversidade, cultura e mídia. Na 2ª Conferência Nacional da Juventude, o tema da Aliança de Civilizações será apresentado e submetido à discussão com o objetivo de escutar a opinião dos jovens brasileiros em relação aos problemas enfrentados para a promoção da tolerância no Brasil e fazer um levantamento de sugestões ao Governo brasileiro.
- *Intensificação da Promoção do intercâmbio cultural internacional de estudantes por meio de ações como:*
- *Divulgação do Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES*, que concede bolsas de estudos nas instituições federais de ensino superior brasileiras a estudantes de países em desenvolvimento, em especial de nações africanas.
- *Intensificação e alargamento do Programa de Estudantes-Convênio (PEC-G) em nível de Graduação de iniciativa conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação* – Convênios desse tipo são mantidos com países da África, Ásia e América Latina. Até o momento, já foram celebrados convênios com 47 países, e o intercâmbio de estudantes entre as regiões vem-se expandindo continuamente.
- *Intensificação e alargamento do Programa de Estudantes-Convênio (PEC-PG) em nível de Pós-Graduação de parceria entre o Ministério das Relações Exteriores, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e*

Tecnológico (CNPQ) – Convênios desse tipo são mantidos com países da África, América Latina e Ásia. Desde a criação do PEC-PG, em 1981, já foram celebrados convênios com 54 países. De 2000 a 2009, 1251 estudantes foram selecionados para diferentes cursos de pós-graduação.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO

- *Divulgação ampla da programação da Rede Pública de Televisão (TV Brasil)*, que pauta a sua atuação por princípios como defesa da pluralidade, da diversidade e dos direitos das minorias, com a valorização das culturas regionais e da identidade nacional. A TV pública atua como fator de integração e inclusão social na defesa dos direitos humanos e da informação como instrumento da cidadania.
- *Realização, em 2009, do II Encontro Nacional da Rede de Mocambos (2009)*, que busca a inclusão digital de todo o território nacional, envolvendo comunidades diversas, por meio da disponibilidade de Pontos de Presença e de microcomputadores. O Programa GESAC (Governo Eletrônico, Serviço de Atendimento ao Cidadão), parceiro da Rede, oferece Pontos de Presença em escolas públicas, telecentros comunitários e vários órgãos públicos, civis e militares e em comunidades indígenas (mais de 30), pesqueiras, quilombolas (cerca de 30), de terreiros e extrativistas. O Programa tem como meta disponibilizar acesso à Internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital à comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.
- *Divulgação dos eventos realizados em todo país nos seguintes dias nacionais relacionado aos propósitos da Aliança de Civilizações:*
- *Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de Janeiro)*, instituído pela Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, com vistas ao combate à discriminação, à intolerância, ao preconceito, ao desrespeito e a toda e qualquer forma de violação de direitos contra a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício de culto e liturgias, mediante a implementação de diversas ações.
- *Dia da Consciência Negra (20 de novembro - data da morte de um grande ícone da resistência negra ao escravismo pela luta pela liberdade, Zumbi dos Palmares)*, dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira. Está em tramitação no Congresso Nacional o projeto de lei nº 4437/ 2007, que estabelece no calendário oficial o 20 de novembro como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorado anualmente como feriado em todo o território brasileiro.
- *Dia Nacional do Cigano (24 de maio)*, com o objetivo de desmistificar a imagem dos ciganos e assegurar seus direitos junto à sociedade brasileira. No dia 24 de maio é também celebrada a Festa Oficial de Santa Sara Kali, padroeira dos ciganos, oportunidade para estimular a solidariedade e a confraternização dos povos. Coerente com a política de afirmação da cultura cigana, foi também estabelecido o Calendário Cigano, em 2006, para divulgar a cultura cigana e expor suas principais datas de celebração, e distribuída a cartilha “Povo Cigano - O Direito em suas mãos”.

MIGRAÇÃO

- *Regularização da situação de imigrantes estrangeiros irregulares.* Reconhecendo a contribuição dos imigrantes ao desenvolvimento do país, independentemente de sua origem, orientação religiosa ou condição política, o Governo brasileiro preocupa-se com a situação irregular em que muitos deles se encontram. Levando em conta seus direitos humanos, universais por definição, a Secretaria Nacional de Justiça já encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que concede anistia aos indocumentados, possibilitando a regularização de sua situação jurídica. Consoante o artigo 5º, *caput*, da Constituição Federal – que garante igualdade de tratamento entre brasileiros e estrangeiros residentes no país – tal Lei lhes garantirá a proteção dos mesmos direitos conferida aos brasileiros, assegurando-lhes a possibilidade de se dirigirem às autoridades competentes quando tiverem seus direitos fundamentais violados, sem receio de sofrerem qualquer tipo de sanção. Evitar-se-á, assim, que possam ser submetidos a condições de trabalho degradantes. Será possível, ainda, no momento em que esses estrangeiros afirmarem sua existência perante o Estado brasileiro, conhecer a real dimensão da questão migratória no país, dando ao Governo subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas aplicáveis.
- *Implementação de Políticas para a Acolhida e a Integração de Refugiados.* Estado parte da Convenção de Genebra sobre a Condição de Refugiado, cuja velha “reserva geográfica” foi levantada desde 1989, o Brasil concede refúgio aos estrangeiros que a ele acorrem por motivos de guerra, perseguição ou violação de direitos humanos no país de origem. Ao fazê-lo, adota políticas de atendimento pioneiras, sob a responsabilidade do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Aos refugiados são oferecidos todos os meios para que a integração à sociedade se dê de forma natural, envolvendo, quando necessário, desde assistência jurídica até o ensino do idioma nacional.
- *Promoção do Programa de Trabalho Decente dos Estrangeiros,* implementado sob os auspícios do Ministério do Trabalho e Emprego, visando erradicar a exploração de migrantes no Brasil, como os bolivianos na região de São Paulo; em conjunto com o Conselho Nacional de Imigração e o Ministério das Relações Exteriores, já foram desenvolvidas várias ações neste sentido, inclusive com a celebração de Acordo de Regularização Migratória.
- *Implementação do Programa "Reassentamento Solidário".* Este programa tem por objetivo realocar, em colaboração com o Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), pessoas que na condição de refugiadas foram assentadas em outros países e continuaram sofrendo perseguições, ameaças ou falta de integração no primeiro país de refúgio. O programa prevê o reconhecimento da condição de refugiado, garantindo fornecimento de documentos e acesso aos serviços públicos, moradia e aula de português. Entre as realizações do programa destaca-se o reassentamento de refugiados originários da Colômbia e da região Palestina.
- *Participação ativa nas discussões, no Mercosul, em seguimento à Declaração de Santiago sobre princípios migratórios.* Aprovada em 2004, na Reunião Extraordinária de Ministros, a Declaração destaca que: a) a temática migratória da região deve ser abordada por mecanismos de diálogo multilateral aberto como forma de fortalecer o processo de integração; b) para reafirmar a vocação do Mercosul de trabalhar no sentido de uma nova política migratória, fundamentada na dimensão ética do respeito aos direitos humanos e sua inserção nas relações internacionais entre os países; c) que a eficiência da política migratória dependerá de sua adequação à realidade regional e

internacional e da aceitação de que a regularização da situação migratória é o único caminho para que o migrante possa inserir-se, de forma plena, na sociedade que o recebe; d) que o tratamento dado aos nacionais dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL por terceiros países deve ser recíproco;

AÇÕES NO ÂMBITO DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL – ÁFRICA (ASA):

- *Criação de cadeiras acadêmicas em universidades africanas e sul-americanas*, com a expansão da oferta acadêmica relacionada à história, à sociologia e à cultura de ambas as regiões para a difusão do conhecimento sobre o outro, o encorajamento das trocas de informação e experiências e para o trabalho conjunto em temas de mútuo interesse.
- *Criação da Biblioteca América do Sul-África*, para a consolidação de vínculos políticos, culturais e econômicos consistentes e duradouros entre os países da América do Sul e da África. A biblioteca deverá funcionar, sobretudo, em rede, com suas afiliadas conectadas por um "website" comum e ter tantas afiliadas nas duas regiões quanto as que manifestem interesse e evidenciem capacidade organizadora.
- *Promoção de Concurso de ensaios sobre as relações entre África e América do Sul*. Anualmente será escolhido tema específico na área de relações África-América do Sul.
- *Promoção de um Inventário de Varredura* dos principais documentos, materiais e intangíveis, que testemunhem os processos históricos compartilhados entre os países dos dois continentes. Este levantamento deverá orientar ações de valorização e proteção deste patrimônio comum.
- *Criação do Observatório Afro-Latino* – “site” da Fundação Cultural Palmares para o diálogo por meio da rede mundial de computadores, disponibilizando informações das comunidades negras latino-americanas e constituindo base de dados que permitirá a reflexão e a troca de experiências. O foco central é a difusão da contribuição histórica civilizatória que os africanos trouxeram para a América Latina.

AÇÕES ELABORADAS NO ÂMBITO DA CÚPULA AMÉRICA DO SUL PAÍSES-ÁRABES (ASPA):

- *Ampliação do acervo da Biblioteca América do Sul-Países Árabes (BibliASPA)*. O estabelecimento de relações políticas, culturais e econômicas consistentes e duradouras entre os países da América do Sul e o Mundo Árabe, um dos objetivos almejados pela Cúpula ASPA, realizada no Brasil, em maio de 2005, pressupõe a construção de conhecimento mútuo das sociedades envolvidas. A criação da BibliASPA teve o objetivo de fomentar o diálogo cultural em torno de estudos das ciências sociais, da literatura e das artes que unem intelectuais e artistas da América do Sul e dos países árabes. As sedes da Biblioteca/Centro de Pesquisa deverão conter acervos bibliográficos especializados em temas árabes, no caso da América do Sul, e em temas sul-americanos, no caso do Mundo Árabe, que contemplem as principais áreas de conhecimento relacionadas às letras, artes e ciências sociais. O lançamento de um “site”, com acervo ampliado e recursos multimídia, está previsto no cronograma da ASPA, bem como a ampliação de obras traduzidas e o início da construção da sede da organização, em Argel.

- *Realização de cursos pela BibliASPA.* Entre fevereiro e julho de 2007, a BibliASPA ofereceu um curso de 85 horas sobre contos árabes, que contou com a participação de 150 estudantes do sistema de educação pública do Brasil.
- *Realização da Mostra do Cinema Contemporâneo Árabe-Sul-Americano,* com a entrega de prêmio pelo conjunto da obra de cineastas.
- *Realização de Seminário sobre Políticas Conjuntas de Produção e Distribuição Audiovisual,* que terá por foco resolver entraves à distribuição da produção cultural de países em desenvolvimento.
- *Concessão de bolsas de estudo a estudantes palestinos em cursos universitários de área tecnológica.*
- *Intercâmbio entre universidades da América do Sul e dos Países Árabes.* Cada país será responsável por manter uma lista de Universidades Públicas, Bibliotecas e Centros de Pesquisa Cultural, para publicação no site da BibliASPA, de forma a facilitar o intercâmbio entre intelectuais da área.
- *Concessão de Bolsas de estudo de idiomas.* A promoção de intercâmbio universitário, sobretudo no campo do estudo de idiomas, é uma das metas estabelecidas no seguimento da ASPA.
- *Realização de Festivais de cinema,* alternadamente, em ambas as regiões e *de acordos de co-produção e distribuição cinematográfica*
- *Realização de Festivais de música, dança e gastronomia.*

DIVULGAÇÃO DOS OBJETIVOS DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES:

- *Realização de eventos esportivos para promoção da paz e do desenvolvimento,* como os Jogos de Futebol para a promoção da paz e de coesão social já realizados no Haiti e em Botsuana. Serão examinadas possibilidades de partidas para a divulgação dos propósitos da Aliança de Civilizações.
- *Realização do III Fórum Anual da Aliança de Civilizações no Brasil,* no primeiro semestre de 2009.